

**PREFEITURA DE JUIZ DE FORA**  
**Fundo Municipal de Promoção do Idoso**  
**Lei Orçamentária Anual**

<b>SIGLA</b>	<b>OBJETIVO</b>	<b>PARTICIPANTES</b>	<b>PODER PÚBLICO</b>
<b>FUMPI</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Proporcionar e aplicar recursos na formulação e implementação das políticas municipais voltadas para a promoção do idoso no âmbito do município de Juiz de Fora</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Conselho Municipal do Idoso (membros governamentais e não governamentais)</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Vinculado à SDS</li><li>• Gestor – Abraão Gerson Ribeiro</li></ul>
<b>Legislação</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Lei nº 9.374, de 05 de novembro de 1998</li><li>• Lei nº 10.000, de 08 de maio de 2001</li><li>• Lei nº 10.937, de 03 de junho de 2005</li><li>• Lei nº 11.081, de 06 de março de 2006</li><li>• Lei nº 11.728, de 26 de dezembro de 2008</li><li>• Decreto nº 9.750, de 02 de janeiro de 2009</li></ul>		

▣ **Os recursos do Fundo deverão ser aplicados em:**

- ▣ Financiamento total ou parcial dos programas projetos e serviços de atendimento e promoção dos idosos desenvolvidos pelas entidades governamentais e não-governamentais;
- ▣ Aquisição de materiais permanentes e de consumo, bem como outros insumos necessários ao funcionamento de programas sociais executados pelas entidades públicas que prestam atendimento aos idosos;
- ▣ Construção, ampliação, reforma, aquisição ou locação de imóveis destinados à prestação de serviços aos idosos;
- ▣ Desenvolvimento de fóruns, pesquisas e estudos sobre temas atinentes à 3.<sup>a</sup> idade, destinados a subsidiar a formulação de diretrizes, que orientarão as políticas municipais para os idosos;
- ▣ Formulação e implementação de planos, programas e projetos destinados aos idosos;
- ▣ Desenvolvimento de programas de capacitação e aperfeiçoamento de recursos humanos, que atuam nos planos, programas e projetos voltados para os idosos;
- ▣ Pagamento do benefício de prestação continuada devido ao idoso, na forma do que prescreve a Lei Federal n.º 8.742, de 07 de dezembro de 1993 (LOAS);
- ▣ Despesas com a administração e funcionamento do Conselho Municipal do Idoso.